

NEGROS EM MOVIMENTO: PRÁTICAS DE DECOLONIALIDADE E AS INTERFACES COM AS NOVAS CONFIGURAÇÕES POLÍTICAS PARA OS POVOS DE TERREIRO NO RECIFE (2000-2008)

Mário Ribeiro dos Santos[1]

Resumo
O principal objetivo desse trabalho volta-se para o reconhecimento dos saberes produzidos por pensadores e pensadoras, militantes, religiosos e intelectuais negros que atuaram e/ou atuam coletivamente na vida política, artística, acadêmica e religiosa como produtores de conhecimento. Para este estudo, iremos nos debruçar na trajetória de Lindivaldo Oliveira Junior, mais conhecido como Junior Afro: negro, ativista do Movimento Negro, morador de subúrbio, estudante de universidade pública, filho de uma família de carnavalescos, adepto das religiões de matriz africana e primeiro gestor público com esse perfil a coordenar uma pasta específica para a população negra na cidade: o NCAB – Núcleo da Cultura Afro-Brasileira (2001). Por intermédio de documentos oficiais, fotografias e depoimentos de militantes, religiosos e intelectuais negros da cidade, analisados sob a luz dos teóricos da História Cultural, teremos acesso a diferentes pontos de vista sobre um período na vida política cultural do Recife marcado pela desestruturação hierárquica nas relações sociais e políticas da cidade, articulado, sobretudo, por técnicos que atuavam, simultaneamente, no interior da máquina pública e nos movimentos sociais. Um trabalho focado na valorização de novos saberes protagonizados pelos coletivos sociais negros como uma forma de luta contra a colonialidade dos conhecimentos.

Palavras-chave: História. Trajetórias. Negros.

No início dos anos 2000, o cenário político do Recife foi marcado pela chegada ao poder do primeiro prefeito eleito pelo Partido dos Trabalhadores - João Paulo Lima e Silva, sendo reeleito em 2004. Na ocasião, o plano de campanha do político contava com o amplo apoio das agremiações carnavalescas (leia-se: grupos de frevo, maracatus de baque solto e virado, escolas de samba, caboclinhos, bois de carnaval, afoxés, ursos, entre outros); dos seguidores do Candomblé, da Umbanda e da Jurema Sagrada; dos movimentos sociais, a exemplo do Movimento Negro

[1] Professor Adjunto do Colegiado de História da Universidade de Pernambuco Campus Mata Norte. Vice-líder do GEFRE – Grupo de Estudos em Festas e Religiosidades (UPE Petrolina) e do LEHR – Laboratório de Estudos de História das Religiões (UPE Mata Norte). E-mail: mario.santos@upe.br.



Unificado (MNU), entre outros. O então candidato eleito se comprometeu em contemplar em sua gestão as exigências desses segmentos, concedendo-lhes maior participação em suas ações.

É nesse contexto que, em 2001, lideranças negras do Recife se reuniram e reivindicaram do Município a criação de uma pasta dedicada especificamente aos assuntos da cultura negra. O pleito foi contemplado com a criação do Núcleo da Cultura Afro-Brasileira (NCAB) vinculado ao Departamento de Formação e Cultura da Fundação de Cultura Cidade do Recife (FCCR). O Núcleo foi criado com o intuito de "promover a valorização e o fortalecimento da cultura afro-brasileira", tendo como missão "a pesquisa e a formação cultural, em articulação com os grupos afros[2] da cidade" (PREFEITURA DO RECIFE, 2004, p.28).

Acredito que a escolha de uma coordenação militante, engajada com negros e negras em movimento pela luta contra o racismo e pela igualdade de direitos foi fundamental para a concretização de um lugar de fala no interior do sistema que gerenciava a capital pernambucana. Era importante para a ocasião um representante antenado com os acontecimentos contemporâneos, articulado com os "grupos afros da cidade" e ciente do valor histórico da contribuição dos africanos e seus descendentes na criação e invenção de novas culturas resultantes dos "fluxos e trocas de ideias, valores e projetos que circulam pelo mundo afrodiaspórico" (COSTA; TORRES; GROSFOGUEL, 2019, p.17).

É nesse contexto que Lindivaldo Oliveira Junior, mais conhecido como Junior Afro, ocupou o cargo de primeiro gestor do NCAB. Negro, morador de subúrbio (Bairro do Ibura), estudante de universidade pública (graduou-se em Licenciatura em História na UFRPE) e filho de uma família de carnavalescos (seu pai durante décadas foi Presidente do Bloco Banhistas do Pina, fundado em 1932), Junior, desde muito jovem, envolveu-se com assuntos relacionados ao cotidiano da comunidade onde residia. Não demorou e logo integrou à Associação dos

[2] Entende-se por "grupos afros", agremiações carnavalescas diretamente vinculadas às religiões afro-brasileiras, as quais utilizam em seus repertórios ritmos, instrumentos musicais e letras característicos dos terreiros de Xangô, Umbanda e Jurema Sagrada. Como exemplo, podemos citar, mais explicitamente, os grupos de afoxés, maracatus de baque virado (maracatus nação) e as escolas de samba. Também podem ser inseridos na expressão em análise, os grupos de hip hop, as bandas de reggae, os blocos de samba, os blocos de dança afro, os grupos de capoeira, coco e de uma maneira mais ampla, o povo de santo ligado a algum terreiro da região. Sugiro para aprofundamento do tema SILVA, Claudilene (Org). **Recife:** nação africana: catálogo da cultura afro-brasileira: maracatu nação, capoeira, samba, afoxé, reggae, hip hop. Recife: Secretaria de Cultura, NCAB; MINC/Fundação Cultural Palmares, 2008.



Moradores do UR-6 Ibura; atuou como educador social na Casa Menina Mulher, onde ministrou oficina de dança afro para jovens negros de periferia; no Pina, percorreu vários espaços de formação: realizou palestras sobre cidadania em ONG's; trabalhou como animador cultural da escola municipal e ministrou oficinas de adereços carnavalescos para moradores da localidade. O período no qual integrou a equipe da coordenação estadual do MNU foi fundamental para estabelecer contatos com intelectuais negros e ativistas da região, alguns, inclusive, contratados futuramente para assessorá-lo na sua gestão.

Nomes como Inaldete Pinheiro, Martha Rosa, Lúcia dos Prazeres, Ester Monteiro, Alzenide Simões, Claudilene Silva, Conceição dos Prazeres, entre outras mulheres negras não menos importantes participaram ativamente dos trabalhos do Núcleo junto à sociedade civil como pessoas qualificadas que

> buscam, interpretam, indagam, produzem e fazem a disputa por outras narrativas. Narrativas negras. Narrativas diaspóricas. Narrativas que compõem a diversidade epistêmica no campo do conhecimento científico eivadas de aprendizados construídos na história e nas práticas e experiências culturais, políticas e sociais (GOMES, 2019, 244).

Um tempo marcado por grandes desafios, disputas por espaço, muitos debates, parcerias e conquistas árduas. Nesse período, uma rede de contatos com militantes do MNU foi criada na cidade, focalizando o poder público e seus representantes na desmobilização das desigualdades raciais e das "falsas homogeneidades".[3] Um momento de desestruturação hierárquica nas relações sociais e políticas da cidade, articulado, sobretudo, por técnicos que atuavam, simultaneamente, no interior da máquina pública e nos movimentos sociais. Sobre o assunto, Junior Afro destaca:

> Havia outros militantes do Movimento Negro na gestão municipal, que tinham atuação em torno do enfrentamento ao racismo na secretaria que trabalhava. Vera Baroni, que estava como assessora da Secretaria de Assuntos Jurídicos, foi fundamental para a participação da delegação do Recife em Durban e no retorno de Durban para articular as lideranças de Movimento Negro que

[3] A expressão "falsas homogeneidades" foi tomada de empréstimo da professora Maria Nazaré Mota de Lima, a qual relaciona à escola como um dos lugares que "desmobilizam as diferenças, tornando-as falsas homogeneidades". Sobre o assunto ver: LIMA, Maria Nazaré Mota de. **Relações étnico-raciais na escola:** o papel das linguagens. Salvador: EDUNEB, 2015.



> atuavam no governo e assim construir um debate interno sobre as políticas municipais para igualdade racial, para além de uma ação na cultura ou na saúde.[4]

Nesse contexto, os debates em torno das questões raciais ganharam as pautas dos fóruns comunitários e plenárias municipais de planejamento estratégico, cultura, educação, saúde, patrimônio e assuntos jurídicos. O reforço para as defesas públicas e a construção de argumentos plausíveis ganhava densidade com a aproximação de intelectuais militantes do movimento negro, das lideranças religiosas dos terreiros da região, integrantes de agremiações carnavalescas, professores universitários e da educação básica, que juntos trocavam experiências e fortaleciam os debates em torno das questões raciais e das culturas negras.

O termo cultura negra passou a fazer parte dos discursos do Núcleo Afro e popularizou-se nas plenárias e fóruns da cidade, nos espaços internos dos terreiros, nas sedes das agremiações, ONG's, nas escolas públicas municipais e outros lugares onde os ativistas negros se encontravam para discutir sobre a sua história, as suas religiosidades, o despertar de uma consciência crítica e, principalmente, para fazer política pública. Essas "ações coletivas por libertação/emancipação produzem outros sujeitos políticos e de políticas. Exigem reconhecimentos, constroem seus autorreconhecimentos. Pressionam o Estado por outro projeto de campo, de cidade, de sociedade" (ARROYO, 2012, p.15).

É nesse contexto que o tema da cultura negra ganha importância na cidade, formando uma rede de sujeitos pensadores, ligados ou não a alguma instituição acadêmica. Esses momentos de reflexão crítica foram importantes porque possibilitavam

> aos negros a construção de um "nós", de uma história e de uma identidade. Diz respeito à consciência cultural, à estética, à corporeidade, à musicalidade, à religiosidade, à vivência da negritude, marcadas por um processo de africanidade e recriação cultural. Esse "nós" possibilita o posicionamento do negro diante do outro e destaca aspectos relevantes da sua história e da sua ancestralidade (GOMES, 2003, p.79).

[4] Entrevista com Júnior Afro. Realizada em 20 de julho de 2019 por meio da internet (redes sociais – whatsApp). Sobre o evento de Durban, o qual o entrevistado se refere, diz respeito à III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata , promovida pela ONU, na África do Sul, em 2001. Participaram 173 países, entre eles, o Brasil, os quais se comprometeram em colocar em prática ações de combate ao racismo. O referido acordo foi citado no preâmbulo do decreto que instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, em 2003.



O NCAB reforçou o debate sobre a negritude e o "processo de africanidade e recriação cultural" no Brasil estendendo as reflexões para a nova geração de negros e negras da cidade, sobretudo os adeptos das religiões afro-brasileiras. A temática da africanidade veio à tona não mais pela visão exótica e estereotipada que a indústria do Turismo tratava o Candomblé e outras religiões de terreiro nacional e internacionalmente,[5]mas sim a partir das ações dos sujeitos sociais que por meio de táticas reinventaram os patrimônios herdados em diálogo com as novas experiências. Os maracatus, os afoxés, o samba e tantas outras formas de expressão intimamente relacionadas ao cotidiano dos terreiros passaram a ser interpretados como movimentos negros em atuação contra o racismo, a intolerância religiosa e pela luta por projetos de afirmação e respeito às histórias de vida da população negra.

É embasado nesse pensamento, de cultura como resistência e reexistência, que o NCAB lutou por políticas públicas que visassem à inclusão social, aproximando as diferentes experiências da população negra com o intuito de refletir sobre a sua própria existência, suas histórias, seus representantes, suas atuações no mundo e seus patrimônios, proporcionando a produção de conhecimento e o crescimento pessoal e coletivo.

Nesse sentido, no período compreendido entre 2001-2008, uma série de ações que investiram na preservação da memória do patrimônio cultural negro foram colocadas em prática por meio de pesquisas, publicações, seminários, documentários, entre outros canais de formação e informação sobre a história e o legado cultural afro-brasileiro.

Destaco na minha fala, o curso de Gestão Cultural para lideranças de grupos afros; a pesquisa e o seminário sobre os afoxés, os maracatus nação[6] e as Tias do Terço; assim como o projeto *Assumindo Nossa História* com ações voltadas para o

[5] No Pós-64, o Brasil vivenciou um novo período de busca por uma unidade nacional, atrelada a isso o desenvolvimento da indústria do turismo. O poder público elegeu como símbolo dessa unificação as expressões culturais classificadas como tradicionais, a exemplo do Candomblé, propagado (comercializado) de forma exótica como "nosso folclore", algo "genuinamente africano em solo brasileiro".

[6] As pesquisas e os seminários com os grupos de afoxés e maracatus nação da cidade resultaram em duas exposições: Maracatu Movimento Negro (2001-2002), de caráter itinerante; e Afoxés: encanto e resistência, ambas realizadas em parceria com a CASA DO CARNAVAL. Ver acervo do Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural – CASA DO CARNAVAL.



escritor e dramaturgo negro Solano Trindade (primeira edição) e o Babalorixá Luís de França (segunda edição) – escolhido por ser uma das lideranças mais importantes entre os seguidores do Xangô pernambucano e presidente do Maracatu Leão Coroado.[7]

Ações como as citadas anteriormente ganharam cada vez mais espaço nas pautas do poder público, custeadas pela Prefeitura do Recife e realizadas por militantes da causa negra. Em âmbito nacional, vivíamos um novo momento político: lideranças do Movimento Negro assumem a Fundação Palmares (2003), os quais se tornaram importantes parceiros do Núcleo, viabilizando recursos para ampliar as ações de caráter formativo e informativo. Desse modo, seminários abertos ao público, reunindo carnavalescos, religiosos, militantes, estudantes e pesquisadores da temática foram realizados sistematicamente até 2008. Nesse intervalo de tempo também foram produzidos documentários sobre manifestações culturais negras e religiosidades afro-brasileiras, exibidos em praças, pátios e escolas do Recife; exposições sobre personalidades negras também ganharam os espaços de pesquisa e visitação turística da cidade, a exemplo da Casa do Carnaval, no Pátio de São Pedro. Merece destaque a exposição sobre Dona Santa (1876-1962) - Rainha do Maracatu Nação Elefante (1800).[8] Em 2005, Dona Santa foi escolhida pelo poder público como uma das homenageadas do Carnaval do Recife, juntamente com Mestre Salustiano, representando o Maracatu de Baque Solto. A exposição foi composta por peças do figurino da rainha pertencentes ao acervo da Fundação Joaquim Nabuco, fotografias da coleção de Katarina Real também do departamento de iconografia da Fundaj, além de vídeos e textos sobre a sua vida, estendendo à cidade, os elementos e os personagens do maracatu que ornamentaram pontes, ruas e praças do Recife no período da folia.

[7] **Relatório do Projeto Assumindo Nossa História**. Prefeitura do Recife, 2002. Acervo Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural – CASA DO CARNAVAL.

[8] Em 2004, a Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Recife homenageou Dona Santa como personalidade pernambucana, trazendo a sua imagem no calendário escolar e no caderno de textos para docentes sobre o processo de avaliação da organização da aprendizagem em ciclos. Nenhum outro texto no qual apresentasse mais informações sobre a atuação da personagem na história do movimento negro do estado foi identificado no material citado. Para aprofundamento do debate, ver: SANTOS, J. T.. **O poder da cultura e a cultura no poder:** a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2005. SANTOS, M. R.. **Noites Festivas de Junho:** histórias e representações do São João no Recife (1910-1970). Recife: Ed. UFPE, 2018.



Esse momento singular na história da cultura negra no Brasil pode ser identificado como um período frutífero de importantes trabalhos gestados com a intenção de construir novas narrativas e representações positivas sobre a população negra, valorizando as suas vivências, as suas diferenças e as formas de ler os símbolos e expressões culturais que dão sentido a sua existência no mundo.

Partindo dessa perspectiva, é válido destacar que o povo negro do Recife, sobretudo os afro-religiosos, ao se assumirem como seguidores do Candomblé, da Umbanda e da Jurema Sagrada iniciou um processo de reconhecimento de suas identidades. Passaram a reafirmar e subverter o lugar de marginalidade que lhes foi atribuído numa sociedade marcada pelas relações de poder, onde as diferenças se transformavam em desigualdades, inferioridades e silenciamentos.

Sabemos que no Brasil, durante anos, representantes do poder público, influenciados por teorias racistas, empenharam-se para branquear a população brasileira e suas práticas culturais, pois defendiam, com o respaldo científico, que a razão do atraso da nação era a presença em massa da população negra (SCHWARCZ, 1993).

Nas primeiras décadas da República, sobretudo durante o Estado Novo (1937-1945), as religiões afro-brasileiras constituíram alvo de denúncias e perseguição da Igreja Católica, da Medicina e do Estado (SANTOS, 2010). Não identificadas pelo estatuto como religião, mas, sim, taxadas como seitas, bruxaria, feitiçaria, entre outros adjetivos que desqualificavam as práticas religiosas e seus representantes como charlatões, curandeiros e embusteiros, as religiões afro-brasileiras eram manchetes comumente encontradas nos periódicos do estado e nos textos dos documentos oficiais assinados pela Igreja e/ou Estado (GUILLEN; LIMA, 2007).

Nesse mesmo período, centenas de terreiros foram invadidos pela polícia com a autorização do Estado e tiverem seus objetos de culto apreendidos. Ainda hoje, esse patrimônio sagrado se encontra em poder do estado. No Rio de Janeiro, fazem parte do Museu da Polícia Civil e foram classificados como coleção de magia negra. Em Pernambuco, compõem o acervo do Museu do Estado.

Conscientes da importância das manifestações culturais como estratégia de resistência de seus antepassados para salvaguardar as expressões religiosas afro-brasileiras no país, as lideranças de afoxés, escolas de samba, bandas de reggae,



grupos de coco e nações de maracatus, com o apoio do poder público e das lideranças dos terreiros do Grande Recife tornaram público os debates em torno do tema da intolerância religiosa, discutindo o assunto em fóruns e seminários com o intuito de realizar o enfrentamento de forma consciente e não mais silenciá-lo.

Outro assunto que merece futuros desdobramentos, identificado no contato inicial com os relatórios do NCAB é o tripé envolvendo política, festa pública e religião. Essa trilogia dá um novo movimento aos estudos da história da população negra e dos adeptos das religiões de terreiro no Recife, sobretudo porque nos possibilita pensar o carnaval de rua como um espaço de amplas negociações dos movimentos negros que encontram na arte seu principal instrumento de luta.

Na primeira década dos anos 2000, a atuação das lideranças dos grupos afros, em especial os maracatus nação, com o apoio do Núcleo Afro transformou o Carnaval do Recife num canal de politização do povo negro e "de santo"[9]. "O Núcleo Afro reconhecia a força das religiões de matriz africana na formação e dinâmica das manifestações culturais do Recife", diz Junior Afro. Os carnavalescos, sobretudo os afro-religiosos, por meio de suas práticas fabricaram novos modelos de consumo cultural na cidade, tomando de empréstimo os ensinamentos de Michel de Certeau (1994) e reformularam a abertura do Carnaval do Recife, trazendo para o principal palco da festa (Marco Zero), 11 Nações de Maracatu, acompanhadas das suas respectivas Rainhas (Ialorixás) e apresentando-se sob a batuta do músico percussionista Naná Vasconcelos. Com ampla repercussão na imprensa nacional, esta ação representou um dos exemplos de negociação dos grupos afros com o poder público que logrou êxito. A conquista de um espaço na programação oficial da maior festa de rua da cidade representou a legitimação perante às autoridades políticas da atuação dos maracatus na história do movimento negro do estado - responsável por transformar vidas e possibilitar "novos horizontes de expectativas" (KOSELLECK, 2016) a jovens negros das periferias do Grande Recife. Com o respaldo do poder público, os grupos de maracatu realizavam ensaios nas suas comunidades no período que antecedia a abertura do Carnaval, promoviam festas para angariar fundos, recebiam transporte para deslocar os participantes das comunidades de origem até o Marco Zero e recebiam cachês de apresentação. O contrato firmado das 11 Nações com a Prefeitura do Recife por meio do Núcleo Afro

[9] A expressão "povo de santo" refere-se aos adeptos iniciados nas religiões de matriz africana.



legalizava a participação dos grupos na festa e garantia oficialmente a representação do Candomblé nas ruas da cidade durante o Carnaval.[10]

Também nesse período, as alianças do NCAB com as lideranças das agremiações carnavalescas e afro-religiosas tiveram peso determinante para legitimar o Pátio do Terço, como o Pólo Afro do Carnaval do Recife. O Pátio do Terço, localizado no Bairro de São José, traz na história da sua formação, o local de trabalho de grande parte da população negra e desafortunada do Recife Imperial. No período do pós-abolição passou a reunir descendentes de ex-escravos, brancos pobres, prostitutas, desempregados e outras gentes classificadas pelas elites e autoridades como desordeiras e perigosas à manutenção da ordem e bem estar social.

O Pátio do Terço é conhecido pelos estudiosos da História da Cultura Afro-Brasileira no Recife pela sua estreita relação com o tema da religiosidade, seja o catolicismo ou o Candomblé. No Pátio, encontra-se, desde a primeira metade do século XX, a casa de número 143, onde residia Dona Eugênia Duarte Rodrigues - africana, praticante da religião dos orixás, que chegou ao Recife na segunda metade do século XIX. Lavadeira de ofício, teve duas filhas: Vivina Rodrigues Braga (Sinhá) e Emília Rodrigues (Iaiá), as quais foram criadas trabalhando com a mãe para ajudar nas despesas da casa.

Essas mulheres ficaram conhecidas como as “pretas africanas” ou “as Tias do Terço”.[11] Sua residência ficou conhecida como uma das primeiras casas de culto aos orixás do centro do Recife. As “Tias”, por sua vez, também mantinham diálogos com as práticas religiosas católicas, a exemplo das irmandades de Nossa do Rosário dos Homens Pretos e Nossa Senhora do Carmo, as quais eram filiadas.

[10] Nos relatórios do NCAB (2002-2005) e do Departamento de Documentação e Formação Cultural (2004) é possível identificar ofícios e comunicações internas enviadas pelos gestores do NCAB a representantes de secretarias da Prefeitura do Recife negociando a atuação dos grupos de maracatus durante a abertura do Carnaval da cidade. Acervo do Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural – CASA DO CARNAVAL.

[11] Sobre o cotidiano na casa das Tias, consultar as transcrições das entrevistas para o Projeto “As Tias do Terço” realizado pelo NCAB e o Departamento de Documentação e História da Fundação de Cultura Cidade do Recife, em 2004. Os depoimentos arquivados constituem importantes fontes de conhecimento para nos aproximarmos do cotidiano na casa, as pessoas que lá frequentavam, os acontecimentos realizados, além do contexto histórico da cidade do Recife na época. Ver Acervo do Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural – CASA DO CARNAVAL.



Outro aspecto relevante na trajetória das "Tias" é a estreita relação com o Carnaval. Elas além de costurarem para algumas agremiações carnavalescas, faziam trabalhos religiosos para alguns grupos que realizavam oferendas para os orixás patronos de clubes e blocos.

Essa representação histórica e a estreita relação do Pátio do Terço com as religiões afro-brasileiras fundamentou a mudança de endereço do espetáculo da Noite dos Tambores Silenciosos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos para a frente da Igreja de Nossa Senhora do Terço, nos anos 1960.

A Noite dos Tambores Silenciosos foi idealizada pelo filho de santo e jornalista, Paulo Viana, com o objetivo de homenagear os ancestrais africanos no carnaval, sejam eles escravos ou *eguns* (espíritos dos antepassados). O evento era dividido em dois momentos: uma parte teatral rememorando os tempos da escravidão e outra festiva, animada pelo som das alfaias dos grupos de maracatu nação. Até então não havia nenhum caráter religioso explícito durante a encenação dos atores e bailarinos.

Após a morte do idealizador, Maria de Lourdes da Silva, mais conhecida como Badia (filha de criação e responsável pelo legado das Tias do Terço) juntamente com lideranças do MNU e representantes do Candomblé da cidade, especialmente o Babalorixá Raminho de Oxóssi, ressignificaram o evento retirando a encenação teatral que rememorava os tempos do cativeiro, atribuindo um caráter religioso à solenidade. A cerimônia ainda hoje é realizada na segunda-feira (dia consagrado às almas na Igreja Católica e no Candomblé), tem seu momento principal à meia noite (considerada a hora de grande força), quando as luzes do Pátio são apagadas e sob o clarão de tochas acesas são entoados cânticos e outras saudações em iorubá para os orixás Iansã de Balé, Xangô e Oxalá. Os responsáveis pelo ritual fazem homenagens aos *eguns*, utilizando alguns elementos ritualísticos do Candomblé como o fogo e a soltura de pombos brancos, simbolizando um pedido de paz para o período que se iniciará após o Carnaval.

As constantes referências à presença das práticas religiosas afro-brasileiras no Pátio do Terço levaram o poder público municipal a legitimá-lo como um lugar de memória do povo negro assim como reduto das tradições religiosas do povo de santo da cidade. O reconhecimento do poder público também se estendeu as estratégias de mobilização dos afro-religiosos pelo direito de organização e



liberdade religiosa, garantido constitucionalmente, porém negado pelos mecanismos racistas da sociedade.

A popularização de uma consciência crítica entre os afro-religiosos como sujeitos detentores de valores e símbolos da história e cultura africana ressignificados no Brasil contribuiu para construir na população negra seguidora das religiões afro-brasileiras do Recife e Região Metropolitana, um sentimento de pertencimento e identidade com outros espaços da cidade para além das fronteiras dos terreiros. Eles passaram a reivindicar os espaços públicos por meio de políticas formuladas com base em argumentos históricos, claramente defendidos na tessitura de uma rede que mescla movimentos sociais, carnaval, religião e poder público.

Para finalizar, considero a atuação coletiva dos negros e das negras ligados aos movimentos sociais fundamental para os afro-religiosos do Recife e Região Metropolitana se assumirem consciente e publicamente como seguidores do Candomblé, da Umbanda e da Jurema Sagrada, ao tempo em que reafirmavam e subvertiam o lugar de marginalidade que lhes foi atribuído numa sociedade historicamente marcada pelo silenciamento e exclusão da população negra.[12]

A atuação dos ativistas negros no interior do Núcleo Afro, no período estudado, gerou laços importantes entre cultura, religião e movimentos sociais, aproximando as lideranças religiosas do axé e conscientizando-as sobre a importância do lugar que ocupavam na sociedade. Seus representantes passaram a se organizar e criar novas formas de reação ao preconceito, à intolerância religiosa e ao racismo. Eles criaram frentes para discutir as temáticas e pensar em ações concretas de maneira coletiva, independentemente do apoio político. Organizaram seminários, palestras e fóruns para discutir o racismo institucional e religioso; idealizaram a caminhada contra a intolerância religiosa com a participação de líderes de diferentes religiões, abrindo a programação do mês de novembro e culminando no dia 20, em homenagem a Zumbi dos Palmares. No conjunto de negociações e conquistas merece destaque a criação da Associação dos Afoxés de Pernambuco e a Associação dos Maracatus Nação de Pernambuco. Inseriram ainda na

[12] Cabe o registro que durante o período estudado, configurou-se do ponto de vista municipal e nacional, um cenário propício para o fortalecimento e a valorização das lutas por inclusão social não somente empreendidas pelo movimento negro, mas com uma participação social mais ampla. Na Prefeitura do Recife, por exemplo, merece realce o Orçamento Participativo (OP), com os conselhos de participação social a exemplo do Conselho de Políticas Culturais do Recife. Em âmbito nacional, o Conselho Nacional.



programação oficial do Carnaval da cidade, a Noite dos Tambores das Nações Mirim, em 2002, o Encontro de Afoxés, das Bandas de Reggae e Blocos de Samba, todos no Pólo Afro, no Pátio do Terço.

Nesse sentido, se dizer afro-religioso no Recife na primeira década do século XXI, como as lideranças e a maior parte dos integrantes dos blocos afros o fizeram, não constituiu tarefa fácil. Foi necessário confrontar com embasamento intelectual e experiências de vida as frentes de poder oficiais para desconstruir imagens racistas que foram cristalizadas sobre as práticas culturais afro-brasileiras até então demonizadas e inferiorizadas por outros segmentos religiosos com destacado espaço na sociedade. Protagonizar tal movimento não foi algo simples de se fazer e sem articulação. Lutar para ser reconhecido como povo de terreiro, num período de intensos debates sobre intolerância religiosa e inferioridade das práticas culturais afro-brasileiras, foi uma estratégia que confrontava o próprio racismo institucional brasileiro, mesclando carnaval, religião, educação, mobilização social e política. Essas estratégias pautaram lutas por cidadania, por respeito e por espaços de autonomia, diante do racismo e da opressão em tempos sombrios do pós-abolição.

Referências

Documentos oficiais

Plano de Gestão Cultural da Cidade do Recife (2001-2004). Prefeitura do Recife, Secretaria de Cultura.

Relatório Anual do NACB (2002). Prefeitura do Recife, 2002. Acervo Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural – CASA DO CARNAVAL.

Relatório do Projeto Assumindo Nossa História. Prefeitura do Recife, 2002. Acervo Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural – CASA DO CARNAVAL.

Relatório Anual do NCAB (2003). Prefeitura do Recife, 2003. Acervo Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural – CASA DO CARNAVAL.

Relatórios do NCAB (2002-2005), no acervo do Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural – CASA DO CARNAVAL.

Relatório Anual do Departamento de Documentação e Formação Cultural (2004). Fundação de Cultura Cidade do Recife / Prefeitura do Recife. Acervo do Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural – CASA DO CARNAVAL.

Transcrições das entrevistas para o Projeto “As Tias do Terço”. Departamento de Documentação e História da Fundação de Cultura Cidade do Recife. Prefeitura do



Recife, 2004. Acervo Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural – CASA DO CARNAVAL.

Bibliografia

ARROYO, M. G.. **Currículo, território em disputa.** Petrópolis: Vozes, 2012.

CARVALHO, J.J.. Um espaço público encantado. Pluralidade Religiosa e Modernidade no Brasil. *Série Antropologia*, Brasília, UNB, n. 249, 1999.

CERTEAU, M.. **A invenção do cotidiano; 1**, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA-B., J., TORRES, M. N., GROSFOGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento diaspórico.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GOMES, N. L. *O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos*. In: COSTA-B., J., TORRES, M. N., GROSFOGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento diaspórico.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GOMES, N. L. Cultura Negra e Educação. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, n.23, Maio - Ago, 2003.

GUILLEN, I. & LIMA, I. M. F. **Cultura Afro Descendente no Recife:** maracatus, valentes e catimbós. Recife: Bagaço, 2007.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

LIMA, M. N. M. **Relações étnico-raciais na escola:** o papel das linguagens. Salvador: EDUNEB, 2015.

SANTOS, J. T.. **O poder da cultura e a cultura no poder:** a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2005.

SANTOS, M. R.. **Noites Festivas de Junho:** histórias e representações do São João no Recife (1910-1970). Recife: Ed. UFPE, 2018.

_____. **Trombones, Tambores, Repiques e Ganzás:** a festa nas ruas das agremiações carnavalescas. Recife: SESC, 2010.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, C. (Org). **Recife:** nação africana: catálogo da cultura afro-brasileira: maracatu nação, capoeira, samba, afoxé, reggae, hip hop. Recife: Secretaria de Cultura, NCAB; MINC/Fundação Cultural Palmares, 2008.

Audiovisual



Irôco – a árvore sagrada. Produção: TV Viva (Olinda-PE) e Centro de Cultura Luiz Freire. Realização: Núcleo da Cultura Afro-Brasileira / Secretaria de Cultura da Prefeitura do Recife. Apoio: Fundação Cultural Palmares / Ministério da Cultura, 2006.